



Resistir e Organizar: A Sindicalização Docente Frente à Intensificação do Trabalho

Edmilson Pereira da Silva

UEPB/SEEPB (Brasil)

edmilson.silva2@professor.pb.gov.br

Hedgard Rodrigues da Silva

UFPB/SEEPB (Brasil)

hed6rs@gmail.com

Resumo: No contexto da intensificação do Trabalho Docente nas Escolas Públicas de Educação Básica no Brasil, onde a diversidade de funções e demandas burocráticas exigidas nas circunstâncias à Nova Gestão Pública, gerencialista e neoliberal, problematiza-se como essa estrutura social impacta na organização sindical docente. As reflexões presentes neste trabalho foram construídas a partir da pesquisa bibliográfica com uso de Inteligência Artificial para seleção dos textos. Os resultados mostram que a intensificação do trabalho docente e a precarização das condições e formas de contratação impactam negativamente para a adesão às atividades de luta e organização sindical.

Palavras-chave: Trabalho docente; Intensificação; Organização Sindical; Educação Básica.

1 Introdução

A organização sindical dos profissionais da educação é uma premência à luta da categoria docente na conquista de melhores condições de trabalho e valorização. O movimento sindical docente no Brasil enfrentou diferentes desafios ao longo da história, contextualizados ao momento histórico vivenciado no país. Um dos desafios na atualidade é a participação dos docentes diante da intensificação do trabalho.

A intensificação do trabalho docente atinge a vida dos professores com sobrecarga de trabalho, ampliação de demandas, aumento da burocratização, quantidade de reuniões e o pouco tempo para organização das aulas e preparação de material didático-pedagógico. A partir da Nova Gestão Pública, a educação pública brasileira adota políticas gerenciais que pautam a eficiência e eficácia da escola junto às políticas educacionais de gestão empresarial e responsabilização docente.

Neste contexto, marcado por múltiplas demandas, pressão por resultados, excesso de burocracia e precarização, perguntamo-nos: como a intensificação do trabalho docente nas escolas públicas da Educação Básica interfere para a organização sindical dos trabalhadores da educação? Esta questão é respondida a partir da pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, tendo como objetivo: apresentar um apanhado teórico sobre a discussão em torno



do processo de sindicalização docente na atualidade e seus desafios diante do cenário de políticas educacionais à Nova Gestão Pública, que intensificam o trabalho docente na Educação Básica.

O trabalho de investigação teórica tem sua importância por contribuir para sistematização de elementos que identificam problemas em torno da organização de luta docente, salientando a necessidade em fortalecer as entidades docentes e contrapor às políticas que enfraquecem as organizações sociais e fazem ingerências sobre o trabalho para obtenção de controle sobre os indivíduos.

As políticas educacionais atuais, alinhadas à Nova Gestão Pública de lógica neoliberal, perspectivadas à formação para o mercado e o desenvolvimento do capital humano, encaminham na educação pública processos de privatizações, cortes de direitos e desvalorização profissional. De acordo com Apple (1995, 2003), a intensificação do trabalho docente é fruto das transformações no mundo do trabalho de ordem neoliberal, que apontam no sentido da privatização e da lógica de gestão empresarial no campo educacional.

2 Metodologia

A metodologia deste trabalho foi organizada a partir da pesquisa bibliográfica, buscando-se na literatura acadêmica, mais especificamente em artigos acadêmicos, uma aproximação inicial sobre a relação entre a intensificação do trabalho docente e a organização sindical docente da Educação Básica. A seleção dos artigos analisados foi realizada com o uso da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) *Elicit*, em sua versão gratuita, que realiza pesquisa semântica em grandes bases de dados com um limite de resultado de até dez artigos.

Por se tratar de uma primeira aproximação, consideramos válido o uso da IA para o primeiro momento da pesquisa, por contribuir na otimização do tempo, apenas utilizada no processo de seleção dos textos. Segundo Santana; Souza; Viana (2024) e Bernard (2025), as ferramentas de IA se apresentam como assistentes de pesquisa complementares valiosos com rápido acesso e abrangência de literatura, mas deve ser utilizada com cautela, sendo indispensável à intervenção humana no processo crítico e criterioso de seleção e análise dos dados.

A busca foi realizada com o comando de seleção de artigos acadêmicos relevantes, publicados em revistas científicas nas áreas de educação e ciências humanas, entre os anos de 2015 e 2025, sobre: trabalho docente, sobrecarga, intensificação, luta sindical,



organização sindical, educação básica e escola pública. Foram apresentados oito artigos, sendo um, apresentação de dossiê, do qual foram extraídos dois trabalhos, totalizando ao final, nove trabalhos. A lista de artigos científicos selecionados para análise foram: (Título/ Autor(es)/ Revista/ Ano)

- 01 Apresentação Dossiê: associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação/ Adriana Terçariol; Rosemary Roggero; Celso Carvalho; Carlos Bauer/ Eccos Revista Científica/ 2024;
- 02 Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os Influxos do empresariamento na educação/ Amanda M. da Silva, Thayse A. M. de Melo Gomes; Vânia C. Motta/ Cadernos de Educação/ 2020;
- 03 Condições de Trabalho Docente e a defesa da Escola Pública: Fragilidades Evidenciadas pela Pandemia/ Dalila Andrade Oliveira/ Revista USP/ 2020.
- 04 Trabalho docente, tecnologias digitais e a defesa da saúde/ Katia Reis de Souza; Gideon Borges dos Santos; Andréa dos Santos Rodrigues; Eliana Guimarães Felix; Luciana Gomes; Alzira Guarany; Luísa Maiola de Araujo; Sylvia Rosário Dias/ Trabalho & Educação/ 2023.
- 05 Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica/ Moacir Fernando Viegas/ Educação e Pesquisa/ 2022.
- 06 Saúde mental no trabalho docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga/ Marlon Freitas de Campos; Moacir Fernando Viegas/ Cadernos de Pesquisa/ 2021.
- 07 Condição do trabalho docente: experiências de professores/as do ensino médio/ Sue Ellen Lievore/ Retratos da Escola/ 2022.
- 08 Sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, ajuste neoliberal e reformas educacionais no Brasil/ Evaldo Piolli; Gisiley Paulim Zucco Piolli/ Eccos Revista Científica/ 2024.
- 09 Presença da CNTE e da CONTEE na história da educação brasileira/ Jonatas Gomes de Oliveira; Carlos Bauer/ Eccos Revista Científica/ 2024.

A análise dos artigos foi realizada a partir da leitura cuidadosa de cada texto, buscando apreender neles as informações e elaborações de bases empíricas e teóricas que refletissem o contexto do trabalho docente e a organização sindical, selecionando



fragmentos textuais, que contribuíram para reflexão sobre os desafios da organização sindical docente na Educação Básica diante da intensificação do trabalho.

3 A intensificação do trabalho docente e a participação docente na luta e organização sindical

A relação entre intensificação do trabalho docente e a participação de docentes nos movimentos e mobilizações na luta sindical na Educação Básica não se apresentou de forma direta nos objetivos dos textos, mas nas conexões das discussões que perpassam a ingerência da política neoliberal na educação (Silva; Gomes; Motta, 2020; Oliveira, 2020; Campos; Viegas, 2021; Viegas, 2022; Lievore, 2022; Souza *et al.*, 2023; Oliveira; Bauer, 2024; Piolli; Piolli, 2024), nas discussões que situam a luta histórica do movimento sindical da educação no Brasil (Oliveira; Bauer, 2024; Piolli; Piolli, 2024), na intensificação e sobrecarga do trabalho docente diante das políticas educacionais fundamentadas em princípios à Nova Gestão Pública e reestruturação produtiva (Oliveira, 2020, Campos; Viegas, 2021; Lievore, 2022), no contexto de desigualdades e ampliação das demandas de trabalho durante a pandemia de Covid-19 (Oliveira, 2020; Souza *et al.*, 2023), na flexibilização e precarização das formas de contratação trabalhista (Silva; Gomes; Motta, 2020; Oliveira, 2020; Campos; Viegas, 2021; Viegas, 2022; Lievore, 2022) e nas consequências da configuração do trabalho docente para a saúde docente (Oliveira, 2020; Campos; Viegas, 2021; Viegas, 2022; Lievore, 2022; Souza *et al.*, 2023), apontando-se para a necessidade de organização da luta sindical.

As mudanças que ocorreram no cenário educacional, principalmente a partir da década de 1990 no Brasil, que marca a forte implementação das políticas neoliberais, caracterizadas por processos de privatização de bens e serviços da esfera pública, corte de gastos e políticas de austeridade fiscal, redução de direitos trabalhistas e sociais, enfim, uma série de medidas que se refletem na educação a partir da gestão educacional baseada em resultados, pautada num gerencialismo empresarial em busca de metas/resultados, políticas de privatização a partir das parcerias público-privado, formação humana delimitada em competências e habilidades, situando à educação necessidades do mercado.

A perspectiva neoliberal da educação, alinhada à lógica da Nova Gestão Pública (NGP), que considera a necessidade da participação de entidades, organizações e movimentos sociais para se alcançar a eficiência e eficácia de seus serviços, utilizando para isso processos de terceirização, competitividade e *accountability* para gerar maior produtividade, baseando a



gestão dos bens públicos nas conformidades da iniciativa privada (Teixeira; Duarte, 2017). A NGP propôs uma reestruturação da administração pública tendo como modelo a administração do setor privado.

A NGP pode ser considerada um tipo de privatização endógena, sendo uma forma indireta que introduz valores da economia privada na gestão pública. Tendo sempre como referência a empresa privada, a NGP vai impondo um *ethos* empresarial na gestão dos serviços públicos, imprimindo uma lógica mercantil entre fornecedores e clientes ou consumidores, onde antes imperavam noções de direito baseadas na relação entre Estado e cidadania (Oliveira, 2018, p. 45).

Assim, a educação pública processa mudanças na forma de gerir políticas e instituições educativas, transfigurando o currículo, redefinindo o financiamento, instituindo novas formas de avaliação e promovendo uma reestruturação do trabalho docente (Apple, 1995; Oliveira, 2004; Oliveira, 2018), alterando a organização e a natureza da atividade educativa no sentido de alcançar resultados específicos com orientações gerenciais técnicas e ideológicas para determinação e controle dos objetivos e materiais da escola.

As orientações políticas neoliberais acionaram novas exigências e cobranças que ampliaram o escopo do trabalho docente através de tarefas burocráticas, o que resultou em sua sobrecarga e intensificação, alinhado à gerência da escola, orientada na produtividade e na política de *accountability*, que, por sua vez, reflete-se nas avaliações em larga escala e responsabilização do trabalho docente sobre as metas/resultados a serem alcançados, acompanhado da política de premiação/bonificação docente.

No texto publicado por Viegas (2022, p. 16), ele apresenta contribuições importantes para se compreender o significado de sobrecarga e intensificação do trabalho no campo docente da Educação Básica, estando relacionada a: “quantidade de trabalho referente à preparação de aulas e de materiais pedagógicos, a forma de organização e de divisão do trabalho, as avaliações dos alunos e a pressão para trabalharem doentes”.

Outro elemento importante deste contexto é a participação dos organismos internacionais do campo econômico junto às empresas educacionais na implementação e difusão das políticas neoliberais para educação, baseada na teoria do capital humano, portanto, reforçando em nível mundial a preocupação para formação dos indivíduos para o mercado em contradição às perspectivas críticas de formação.

O empresariado se articula na gestão do público e sinaliza para a dominação daquele sobre este, verifica-se que a predominância da



lógica empresarial na educação, no bloco histórico neoliberal, cerceia em limites inaceitáveis o trabalho docente: expropria seu conhecimento, retira sua autonomia pedagógica, mesmo que relativa, desmantela sua carreira e **enfraquece sua capacidade política coletiva** (Silva; Gomes; Motta, 2020, p. 150, grifo nosso).

Portanto, podemos observar que a competitividade e individualização em que se pauta a lógica neoliberal de formação e trabalho, intenso e sobrecarregado, refletem-se na relação coletiva e nos laços de solidariedade humana dos docentes, pois reduz o tempo e a energia disponíveis para participar de atividades coletivas, como as organizações sindicais (Hypolito, 2011). Além disso, as políticas de bonificação transferem a preocupação por melhorias salariais para o alcance das premiações, atreladas aos resultados; ao invés de garantias coletivas, “a busca do bônus acaba ocupando o lugar da luta pela melhoria da carreira, e a competição entre escolas e pares, já que o prêmio ou bônus não é para todos, o que termina por incentivar o individualismo e a fragmentação da categoria profissional” (Oliveira, 2020, p. 34).

As políticas de responsabilização docente atingem a subjetividade humana dos profissionais da educação (Tenti-Fanfani, 2007), que se cobram pelo sucesso ou fracasso dos estudantes nos testes de larga escala, levando-os a sentirem uma carga emocional de autocobrança, que redobra a dedicação às atividades laborais, extrapolando seu tempo de trabalho, levando tarefa para casa e consumindo seu tempo de lazer e descanso. Viegas (2022) corrobora com a ideia da autointensificação do trabalho, mascarada como um critério de qualidade profissional.

O processo de intensificação e autointensificação do trabalho docente estabelece relações que se refletem no consumo do tempo de vida pelas tarefas de trabalho, adentrando esferas dos cuidados domésticos e resultando em processos de adoecimento. Segundo Viegas (2022), mesmo doente, muitos professores e professoras não deixam de cumprir suas horas de trabalho por medo de perder o emprego, receber descontos ou sobrecarregarem os colegas.

As demandas tecnológicas também foram apontadas como parte do processo de intensificação do trabalho docente, em especial no contexto da pandemia de Covid-19 (Oliveira, 2020; Souza *et al.*, 2023). A urgência de adaptação tecnológica, para dar conta do ensino remoto durante a pandemia, contribuiu para a necessidade de aprendizagem de uso das tecnologias, principalmente por docentes mais antigos.

Outro ponto que atravessa o contexto do trabalho docente e a organização sindical são os mecanismos de precarização nas formas de contratação do trabalho docente,



marcadas em processos de flexibilização e perdas de direitos. Segundo Viegas (2022), a precarização se reflete nas condições do trabalho e contribui para intensificação, a insegurança e instabilidade do trabalho na escola, somados à flexibilização contratual como a uberização, o gerencialismo e as avaliações de desempenho. A contratação temporária vem “polarizando professores e enfraquecendo a atuação frente às manifestações e lutas por melhores condições de trabalho” (Silva; Gomes; Motta, 2020, p. 143).

As organizações sindicais possuem uma série de pautas que necessitam da participação e envolvimento de seus profissionais. A tarefa de reunir e organizar os trabalhadores da Educação Básica não tem sido fácil diante da fragmentação da categoria, dividida em efetivos, temporários, professores, funcionários, terceirizados, profissionais da base técnica, da base comum, da escola regular, da dedicação em tempo integral, enfim, uma diversidade de categorias que precisam construir unidade para lutar por valorização, melhores salários, condições de trabalho, autonomia, formação continuada, planos de carreiras, cuidados com a saúde, o lazer, na defesa de direitos que dignifiquem a vida.

Nesse sentido, pontuamos que os/as docentes identificam que a defesa da valorização salarial pelos/as professores/as é forte, capaz de mobilizar amplamente a categoria, e indica que os/as professores/as sentem a precariedade em suas condições de vida e demonstram uma disposição para se organizar e lutar coletivamente, com o objetivo de reivindicar uma melhor remuneração, que lhes dê condições de viver e trabalhar de forma mais satisfatória (Lievore, 2022, p. 945).

A intensificação, sobrecarga e precarização do trabalho docente apresentam consequências na organização do tempo e na saúde do trabalhador. A precarização das formas de contratação, as más condições estruturais das escolas, a falta de equipe multidisciplinar de apoio escolar como assistentes sociais e psicólogos, a ausência de formação continuada e políticas de valorização docente, desgastam e atingem aspectos da saúde e motivação dos profissionais. A luta sindical precisa incorporar em suas pautas a reivindicação dos cuidados com a saúde do trabalhador, segundo Souza *et al* (2023, p. 148), “é a participação efetiva dos trabalhadores, por meio de suas organizações, que pode gerar impacto relevante e mudanças nos ambientes de trabalho e nos quadros de saúde da população”.

Durante a década de 1990, o movimento sindical na Educação Básica, fortalecido a partir da articulação nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação



(CNTE), organiza a luta em torno da defesa da educação pública de qualidade, com a reivindicação de melhores salários, incorporando pautas políticas em defesa do Estado democrático de direitos sociais (Lievore, 2022). Assim, o movimento sindical docente da Educação Básica se colocou na conjuntura histórica contra os processos de privatizações e ataques à educação pública e na luta por melhores condições de trabalho para os profissionais da escola. As formas de luta, alinhadas às da classe trabalhadora, ocupou ruas com protestos, mobilizações e greves. Mas a lógica individualista e privatista que acena para o enfraquecimento das organizações sociais tem atacado o movimento sindical (Silva; Gomes; Motta, 2020; Lievore, 2022; Oliveira; Bauer, 2024) no sentido de descredenciar e enfraquecer sua capacidade organizativa de mobilização, articulação e formulação de políticas educacionais, que defendam os trabalhadores docentes e uma perspectiva educacional crítica e transformadora.

No século XXI, sob o comando de governos de base progressista, o Brasil avançou em termos de políticas educacionais em diálogo com as reivindicações dos movimentos sociais (Piolli; Piolli, 2024), na luta por uma educação que contribua para redução das desigualdades, escolas democráticas e acolhedoras da diversidade humana e combate a preconceitos de gênero, raça/etnia, classe e orientação sexual, propondo um olhar mais atento à educação do campo, quilombola, indígena e a Educação de Jovens e Adultos. Algumas conquistas da luta sindical foram a ampliação do fundo de financiamento da Educação Básica com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2007, a aprovação da Lei nº 11.738/2008 do Piso Salarial Nacional para o Magistério e Valorização dos Profissionais da Educação e a construção do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13005/2014, que propôs metas importantes para melhoria da educação pública no Brasil, mas que infelizmente, grande parte não foi alcançada, pois diante do golpe jurídico-midiático-parlamentar (Frigotto, 2017), que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, tivemos uma sequência de retrocessos e limitações no investimento educacional, colocados em práticas pelos governos subsequentes, somado a um momento de adoecimento mundial pela Covid-19.

No contexto de avanço das políticas neoliberais no campo educacional, em certa medida, mantida nos governos progressistas, disseminando a formação humana alinhada à lógica do capital, configurada em competências e habilidades para o mercado, contradição posta diante dos fins da educação nacional preconizada na constituição democrática, em que se preza o desenvolvimento pleno da pessoa e o exercício para a cidadania, numa relação que considere o trabalho e as práticas sociais. Nesse sentido, é importante



considerarmos a constituição da classe trabalhadora do campo educacional para a organização da luta social como um processo em construção no contexto de resistência à política neoliberal, “mas **com possibilidades reais de organização coletiva** – como reação ao desmonte da carreira que vem ocorrendo, progressivamente, nos diferentes sistemas educacionais, mesmo em graus e ritmos diferenciados” (Lievore, 2022, p. 955, grifo nosso).

O movimento sindical, em conjunto ao movimento de trabalhadores organizados na Central Única dos Trabalhadores (CUT), enfrentou em 2017 a Reforma Trabalhista que fragilizou ainda mais a legislação de garantia de direitos trabalhistas, ampliando os processos de flexibilização e exploração sobre o trabalho (Silva; Gomes; Motta, 2020; Lievore, 2022; Oliveira; Bauer, 2024). Nesse mesmo período, por meio de decreto, é implementada uma nova política educacional para o Ensino Médio na Educação Básica, fragilizando e esvaziando de aporte crítico a formação da juventude nas escolas públicas brasileiras, fortalecendo os mecanismos de controle, sobrecarga e intensificação sobre o trabalho docente.

Historicamente a organização do movimento de trabalhadores da educação esteve envolvida no contexto de luta da classe trabalhadora (Oliveira; Bauer, 2024), no combate a governos ditatoriais, na reivindicação de direitos sociais e pela redemocratização do país. O movimento sindical é uma estrutura organizativa que combate os retrocessos sociais encaminhados pela política neoliberal; por este motivo, é frequentemente atacado em seus mecanismos estruturais e pela criminalização de suas práticas.

No atual momento de desmonte do direito ao trabalho e à educação, é fundamental recompor as experiências de organização dos/as trabalhadores/as como dispositivo de luta e resistência coletiva. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis recuperar historicamente os processos de organização e luta coletiva empreendidos pela categoria docente, conhecer como os/as docentes vivem na atualidade, refletem e agem, para identificar as experiências dos/as trabalhadores/as e observar o quanto se aproximam ou se afastam de uma consciência de classe, em um mundo cada vez mais adverso à organização social (Lievore, 2022, p. 945).

O posicionamento das mobilizações sindicais, segundo Piolli e Piolli (2024), esteve mais colocado no campo do diálogo e da construção nos dois primeiros governos de Lula (2003-2010), arrefecendo as manifestações, por se colocar na defesa da classe trabalhadora e na crença de avanços a serem consolidadas na pauta progressista. No entanto, diante da crise financeira de 2008 e as mobilizações que culminaram nos grandes



protestos de rua de 2013, percebeu-se um reavivamento das manifestações. O realinhamento do movimento de defesa da educação pública ocorre entre os anos 2016 e 2020, no contexto das lutas contrárias às medidas reacionárias e conservadoras dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), sendo importante aliado para a conquista de mais um governo Lula (2023-atual). Desta forma, o movimento sindical da educação se apresenta como importante entidade na luta contra a privatização gerencialista da escola pública e todo o conjunto de reformas educacionais para a educação pública de cunho empresarial.

São muitos os enfrentamentos que os trabalhadores docentes precisam encarar na Educação Básica, pois há ataques, que partem desde sobre a execução de seu trabalho, como foi o projeto “Escola Sem Partido” (Frigotto, 2017), que tentou acabar com a liberdade de cátedra e o princípio da educação, que garante a liberdade de ensinar e aprender, buscando censurar e determinar os temas a serem abordados por professores em suas aulas, numa tentativa de silenciar as discussões de gênero e outros questionamentos sobre as contradições da sociedade capitalista, bem como, sobre a garantia de seus direitos como a Lei do Piso, o comprimento de Plano de Cargo e Carreira, que são negligenciados por alguns governos em estados e municípios no território nacional.

A pauta conservadora no campo educacional é uma realidade contemporânea que demanda enfrentamento crítico por parte do movimento docente que defenda uma perspectiva educacional crítica e libertadora (Freire, 1991), pois há um movimento conservador alinhado aos ataques sobre a democracia e a busca do controle sobre o trabalho docente através de políticas de educação neoliberal. Esta conjuntura é desenhada por Apple (2003) como um bloco conservador formado por políticos e empresários da elite conservadora tradicional, neoliberais, neoconservadores, representados por técnicos-burocráticos, membros da classe média defensores de moral tradicional e conservadora e populistas autoritários, alguns presentes em lideranças comunitárias e religiosas.

Muitos docentes apresentam dificuldades em participar das lutas sindicais diante da organização do tempo, a precarização e os reflexos da individualidade/competitividade na formação da juventude docente e nas políticas educacionais. Mas é importante considerar também o tempo de não-trabalho, o tempo livre, tempo de lazer como tempo-espaco para organização política dos trabalhadores (Souza *et al*, 2023, p. 157).

Para o enfrentamento à intensificação do trabalho docente é importante que haja fortalecimento das organizações sindicais, o que requer uma série de adaptações nas formas de organização e luta (Dourado, 2015). Neste sentido, para superarmos os desafios e



fortalecermos a organização docente na Educação Básica, precisamos fazer a crítica às políticas educacionais neoliberais, investir em formação política para a juventude docente, ampliar as formas de comunicação e pautas de reivindicação, realizar debates que ampliem a consciência crítica sobre a intensificação do trabalho docente e as precárias condições de trabalho, fortalecer a organização em rede, pautar novas formas de avaliação sobre a qualidade da educação, que não seja o crivo hegemônico das avaliações de larga escala e garantirmos mecanismos de efetivação da gestão democrática nas escolas.

4 Considerações finais

A organização deste estudo tem um aspecto de primeiras aproximações de síntese sobre a relação entre a intensificação do trabalho docente e a organização sindical docente. O caminho utilizado na elaboração da pesquisa foi desafiador, diante da utilização de uma nova ferramenta tecnológica (Inteligência Artificial), em discussão no meio acadêmico, mas com possibilidades reais de contribuição no desenvolvimento de pesquisa no campo educacional. Reforçamos o compromisso ético com o uso desta ferramenta e sua utilização como auxiliar na seleção dos textos.

A análise realizada neste estudo evidencia que a intensificação do trabalho docente, articulada às políticas neoliberais e aos princípios à Nova Gestão Pública, tem produzido impactos profundos sobre as condições de trabalho e sobre a capacidade de mobilização coletiva dos professores da Educação Básica. A sobrecarga de tarefas, a burocratização das práticas pedagógicas, a responsabilização individual por resultados e a precarização das formas de contratação configuram um cenário de desgaste físico e emocional, que reduz o tempo, a disposição e as possibilidades concretas de participação nas organizações sindicais.

Os resultados apontam que o processo de intensificação do trabalho docente, em consonância com as políticas educacionais neoliberais, apresenta-se na burocratização e aumento quantitativo das tarefas, bem como na ampliação de mecanismos de controle sobre o fazer pedagógico, corroendo a autonomia e a solidariedade de classe. A lógica empresarial e meritocrática introduzida nas políticas de bonificação desloca o sentido coletivo da profissão, incentivando a competição entre pares e enfraquecendo a identidade política dos trabalhadores da educação.

A organização sindical docente enfrenta o desafio de ressignificar suas estratégias de luta e comunicação, de modo a responder às novas configurações do trabalho e às formas contemporâneas de dominação. A resistência à precarização e à intensificação do trabalho



passa, necessariamente, pela reconstrução de laços de solidariedade, pela formação política crítica dos profissionais e pela reafirmação do papel social e democrático da escola pública.

Conclui-se que o fortalecimento da organização sindical docente é condição essencial para o enfrentamento das políticas neoliberais e para a defesa da educação pública como direito social. Para tanto, é imprescindível investir na organização de espaços para reflexão e articulação coletiva, fomentar a participação política dos docentes, especialmente a juventude, e consolidar práticas de gestão democrática nas escolas. É por meio da consciência coletiva e da ação organizada, que haverá possibilidades de reverter o quadro de fragmentação imposto pelo gerencialismo e construir uma educação emancipadora e socialmente referenciada.

Referências

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BERNARD, Lucas Henrique. Ferramentas de Inteligência Artificial e a transformação da metodologia científica. **Revista de Estudos Interdisciplinares em Educação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 55–72, 2025.

CAMPOS, Marlon Freitas de; VIEGAS, Moacir Fernando. Saúde mental no trabalho docente: um estudo sobre autonomia, intensificação e sobrecarga. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 1051-1066, 2015.

FELIX, Eliana Guimarães; GOMES, Luciana; GUARANY, Alzira; ARAUJO, Luísa Maiola de; DIAS, Sylvia Rosário. Trabalho docente, tecnologias digitais e a defesa da saúde. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, 2023.

FRIGOTTO, Galdêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, profissionalização e identidade: elementos para uma nova agenda de pesquisa. **Educação em Revista**, v. 27, n. 3, p. 41-58, 2011.

LIEVORE, Sue Ellen. Condição do trabalho docente: experiências de professores/as do ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, set./dez. 2018.



_____. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

_____. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, 2020.

_____. Política Educacional e a Reestruturação do Trabalho Docente: Reflexões sobre o contexto Latino-Americano. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 355-375, maio/ago. 2007.

OLIVEIRA, Jonatas Gomes de; BAUER, Carlos. Presença da CNTE e da CONTEE na história da educação brasileira. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, 2024.

PIOLLI, Evaldo; PIOLLI, Gisiley Paulim Zucco. Sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, ajuste neoliberal e reformas educacionais no Brasil. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, 2024.

SANTANA, Ana Paula; SOUZA, Katia Reis de; VIANA, Maria do Carmo. Inteligência Artificial e pesquisa acadêmica: potencialidades e limites éticos na produção científica em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, v. 29, n. 117, p. 1–18, 2024.

SILVA, Amanda M. da; GOMES, Thayse A. M. de M.; MOTTA, Vânia C. Formas e tendências de precarização do trabalho docente e os influxos do empresariamento na educação. **Cadernos de Educação**, Pelotas, 2020.

SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES, Andréa dos Santos; FELIX, Eliana Guimarães; GOMES, Luciana; GUARANY, Alzira; ARAÚJO, Luísa Maiola de; DIAS, Sylvia Rosário. Trabalho docente, tecnologias digitais e a defesa da saúde. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 135–158, 2023.

TEIXEIRA, Gabriela Vieira; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira Discussões sobre a Participação do Setor Privado na Educação Básica Pública do Brasil. In: ARAÚJO, L.; PINTO, J. M. (org.) **Público x Privado em tempos de Golpe**. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2017. p. 38-73.

TENTI FANFANI, Emílio. Consideraciones sociologicas sobre profesionalización docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 335-353, maio/ago. 2007.

TERÇARIOL, Adriana; ROGGERO, Rosemary; CARVALHO, Celso; BAUER, Carlos. Apresentação dossiê: associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, 2024.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 2022.